

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.920 - CE
(2018/0211548-8)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **ROBERTO NUNES FROTA**
ADVOGADOS : **CRISTIANO PORTO LINHARES TEIXEIRA - CE021937**
: **BRUNA LEITE DE MATOS SOUSA - CE028675**
AGRAVADO : **LORENZO AGNOLETTI**
ADVOGADO : **FRANCISCO XIMENES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -**
: **CE003567**
AGRAVADO : **LUCIO GIUA**
AGRAVADO : **RINA CLÁUDIA MOURA**
ADVOGADO : **MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI SOARES E OUTRO(S) -**
: **CE001959**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO ANTE A INTEMPESTIVIDADE. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO.

1. A Corte Especial, ao apreciar o AgInt no AREsp 957.821/MS, concluiu que, para os recursos interpostos sob a égide do CPC/15, a comprovação do feriado local deve ocorrer no ato da interposição do reclamo, nos termos do art. 1.003, § 6º, do aludido diploma, que contém previsão expressa quanto à necessidade de comprovar o feriado no ato da interposição da insurgência, sendo descabido, nesse caso, intimar a parte para regularização, haja vista a gravidade do vício. **1.1.** No caso em tela, a parte insurgente interpôs agravo em recurso especial depois de escoado o prazo legal e não apresentou, no momento da interposição do reclamo, documentos hábeis a comprovar a ocorrência de feriado local, impondo-se a inadmissão do recurso.

2. Consoante a iterativa jurisprudência deste Tribunal Superior, os recursos destinados a esta instância especial, mas interpostos perante o tribunal local, observam o calendário de funcionamento daquela Corte, de modo que não são suficientes para aferir a tempestividade dessas insurgências as normas internas deste Superior Tribunal de Justiça, cujo calendário que muitas vezes não coincide com o da Justiça estadual. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,

acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

